

As primeiras medidas

Figueiredo poderá falar, hoje à noite, através de uma cadeia nacional de rádio e tevê, para explicá-las.

O presidente João Figueiredo poderá ocupar hoje à noite uma cadeia nacional de rádio e televisão para explicar como o novo pacote recessivo (veja o quadro) vai resolver os problemas do País. No entanto, o ministro do Planejamento, Delfim Neto, ainda acredita que o pacote só seria totalmente eficiente contra a inflação, caso o presidente tivesse aprovado o fim dos reajustes semestrais dos salários, que passariam a ser negociados livremente.

A possibilidade de o próprio Figueiredo anunciar o pacote foi levantada no Rio pelo chefe do Gabinete Militar, general Rubem Ludwig. Ele disse que as medidas "vão doer em algumas pessoas". A seu lado, o chefe do Gabinete Civil, Leito de Abreu, antecipou que "uma parte que diz respeito aos decretos-leis já está pronta". Abreu preferiu não fazer comentários, alegando que só os ministros da área econômica poderiam fazê-lo adequadamente, "embora o presidente Figueiredo esteja a par de todas as decisões que vão ser tomadas".

Ontem, Delfim reuniu-se com o colégio de líderes do PDS e com a presidenta do PTB, deputada Ivete Vargas. Segundo o vice-líder governista, senador Carlos Chiarelli, o ministro espera aumentar Cr\$ 1,9 trilhão na arrecadação pública (isto sem contar o corte no orçamento das estatais e a perda de receita com o IOF): Cr\$ 800 bilhões com a antecipação do recolhimento do Imposto de Renda devido pelas instituições financeiras; Cr\$ 800 bilhões provenientes da eliminação dos subsídios do petróleo; e mais Cr\$ 300 bilhões economizados com a gradual extinção das subvenções ao trigo. Além disso, estima-se uma sobra de Cr\$ 200 bilhões com a redução dos subsídios ao crédito agrícola.

A questão salarial

— Mesmo assim — comentou um deputado —, o ministro Delfim Neto está descrente de que as medidas surtam resultados sobre os índices inflacionários. Ele entende que, enquanto os reajustes salariais continuarem a ser concedidos acima da inflação, não se conseguirá conter a inflação. Ele acha que se deveria acabar de vez com os reajustes semestrais e que o governo não deveria intervir na fixação dos índices de reajustamento, dei-

xando que isto ocorresse através da livre negociação entre patrões e empregados. Mas a lei salarial que aí está não será mexida.

O deputado peddista revelou até um diálogo que se travou entre o ministro do Planejamento e outro colega seu durante a reunião, quando Delfim disse que o México teve uma inflação de 120% no ano passado e está reajustando os salários em 12%, o que fez a sua inflação cair drasticamente. "Mas sobreu alguém vivo no México?" — indagou o deputado, ao que o ministro respondeu: "Não tenho notícia da morte de nenhum mexicano por causa disso. Mas aqui não há condições para que se faça tal tratamento".

Crédito agrícola

Ao comentar o pacote, a ser oficializado em reunião do Conselho Monetário Nacional, marcada para as 10 horas, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, confirmou que a proposta "com mais respaldo" quanto ao crédito rural será a de elevar o custo do crédito, no Centro-Sul, para 85% da correção monetária e mais 3% de juros, e 70% de correção e 3% de juros para o Norte e Nordeste. Para as pequenas e médias empresas, a proposta é também de 70% e 3% de juros. Para as exportações, haverá uma redução gradual do subsídio no crédito — explicou Carlos Viacava, diretor da Cacex —, de tal forma que a taxa de juros com 70% da correção monetária só começará a vigorar em 1º de janeiro de 84.

A redução do IOF de 4,6% para 1,5% não abrange as operações de crédito ao consumidor "porque não há interesse em estimular o consumo", nem as importações. Segundo o ministro da Fazenda, a perda de receita com a redução do Imposto sobre Operações Financeiras será compensada com outras medidas fiscais que o presidente Figueiredo vai decretar: antecipação de IR das instituições financeiras para julho e taxação das operações de open market em 4%. O ministro explicou que a idéia básica é "procurar fontes de receita nos rendimentos de capital, das pessoas jurídicas, mas isso também não quer dizer que seja uma decisão". De fato, comentava-se ontem na área financeira que o contribuinte também terá antecipado o recolhimento na fonte. Galvêas explicou que o esquema das medi-

As medidas que devem sair hoje

● Extinção dos limites quantitativos à expansão do crédito.

● Aumento do depósito compulsório dos bancos junto ao Banco Central.

● Redução do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) de 4,6% para 1,5% do valor da operação. O crédito ao consumidor não será beneficiado.

● Redução dos subsídios ao crédito agrícola, às exportações e às pequenas e médias empresas.

● Antecipação, a partir de 1º de julho, do recolhimento do Imposto de Renda devido pelas instituições financeiras.

● Medida idêntica poderá ser adotada para as pessoas físicas, ameaçadas ainda com um aumento de 8% em suas retenções na fonte.

● Criação de um imposto-calamidade (a pretexto das secas no Norte e das enchentes no Sul), taxando-se em 4% os ganhos obtidos com aplicações em ORTN e no open market; haveria uma alíquota adicional de 10% sobre outros ganhos de capital (que, atualmente, pagam 15%).

● Aceleração do processo de extinção dos subsídios ao petróleo e ao trigo.

● Cortes "profundos" nos orçamentos de custeio e de investimentos das empresas estatais. O governo deverá mandar ao Congresso projeto de lei acabando com todas as vantagens oferecidas hoje por essas empresas, como complementação de pensões por aposentadoria, auxílio-moradia, diárias de viagens, pagamento de mais de 13 salários por ano.

das fiscais é o seguinte: não dá para aumentar imposto no mesmo ano. Portanto, todas as medidas da área fiscal serão no sentido de antecipar o recolhimento.

A suspensão do contingenciamento do crédito para o setor privado, para os bancos comerciais e de investimento, começa a vigorar a 1º de julho. Galvêas explicou que permanece a contenção do crédito para o setor público (União, Estados e Municípios e suas entidades).

Mas a liberação do contingenciamento virá acompanhada de "algum acréscimo do depósito compulsório". Galvêas acha que essa medida conjugada ajudará a baixar a taxa de juros no mercado livre, e ajudará a controlar a moeda, impedindo a expansão dos meios de pagamentos e da base monetária. Ainda não está decidido se o aumento do compulsório recairá sobre os depósitos à vista ou a prazo ou sobre os dois.

E a desindexação?

O ministro da Fazenda esquivou-se, a princípio, de comentar uma eventual desindexação da economia, dizendo que quem sabia disso era o ministro Delfim Neto. Pouco depois, porém, indagado se a não adoção do expurgo do INPC não inviabilizaria o pacote, respondeu: "Acho que não. O peso maior da inflação está no déficit público e o pacote está destinado a reduzi-lo. Assim, não há necessidade de expurgo, embora o salário realmente esteja aumentando".

Quanto à decisão de aumentar o custo do crédito à exportação, hoje em 40%, Galvêas garantiu que a medida não ameaça o desemprego do setor. "Nós fizemos uma máxi de 30%, e estamos mantendo essa máxi através de uma política de minidesvalorização que acompanha a inflação. A taxa de juros hoje está aumentando o subsídio porque nós programamos esses juros para uma inflação de 70% e hoje ela está em quase 120%; então, o subsídio aumentou muito. Os exportadores estão ganhando uma diferença inesperada, e assim qualquer elevação das taxas de juros é repór a situação anterior."

Explicou que a idéia básica é aumentar o custo do crédito no financiamento à exportação de manufaturados à mesma taxa do custo do crédito rural no Norte-Nordeste, ou seja, de 70% da correção monetária mais 3% de juros. Por sua vez, o diretor da Cacex, Carlos Viacava, garantiu que o corte nos subsídios do setor "será insignificante".

Como fica o FMI?

Após a reunião com os parlamentares do PDS, e com a deputada Ivete Vargas, Delfim reuniu-se com o representante do Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional, Alexandre Kafka. Interrogado se as medidas do governo seriam suficientes para que o Fundo libere a segunda parcela do empréstimo ao Brasil, da ordem de 411 milhões de dólares, antes da reunião com Delfim, Kafka foi taxativo: "Não tenho a menor dúvida".

Ele assegurou que a política salarial e a indexação da economia constituem questões de competência exclusiva das autoridades brasileiras, e o FMI nunca interferiu nestes assuntos.

O presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, autor da

proposta da limitação do reajuste automático baseado no índice nacional de preços ao consumidor (INPC) ao salário mínimo, ainda acredita em mudanças na política salarial. Indagado se a sua proposta é apenas para o futuro, Langoni respondeu, em tom desafiador e mal-humorado, à saída de um encontro com o ministro da fazenda Ernane Galvêas: "Vamos ver, vamos ver".

O presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, também teve ontem dois encontros com Galvêas e garantiu que o pacote não contém qualquer medida relativa a salários. Garantiu que a desindexação da economia permanece fora de cogitação, em razão de "suas implicações generalizadas". Colin considerou "muito natural" a paralisação do mercado financeiro, à espera de medidas que possam modificar as condições de seu funcionamento.

Juros menores?

Diante do quadro de crise econômica, o presidente do Banco do Brasil reconheceu que o governo, mais do que apoio, deve esperar da sociedade a capacidade de se adaptar às novas medidas. Como aspecto positivo, lembrou que "ninguém gosta de pagar juros elevados", o que pode tornar simpáticas algumas medidas do pacote.

Em sua reunião de hoje, o Conselho Monetário não examinará qualquer medida vinculada à redução dos gastos públicos. A questão independe do parecer do CMN, já que será regulamentada por decretos-leis, e os acertos ainda pendentes podem exigir nova reunião dos ministros Delfim Neto e Ernane Galvêas com os presidentes das principais estatais.

Permanece indefinido o corte nos orçamentos das estatais, e "o trabalho continua". No caso do Banco do Brasil, Colin ressaltou que o banco vem cumprindo "rigorosamente" o orçamento já aprovado pela Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (Sest) e os possíveis cortes atingirão apenas algumas "vantagens" concedidas aos funcionários.

Segundo Colin, o Banco do Brasil não foi chamado a propor qualquer alternativa para a elevação dos juros do crédito rural. Por isso, negou que tenha sugerido a cobrança de 75% do INPC e mais juros de 3% ao ano.